



RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL SA



Visita de Trabalho à Região Autónoma dos Açores

Conselho de Opinião
Comissão Permanente

10-10-2018

12
/

Delegação do Conselho de Opinião:**Presidente -** *Manuel Coelho da Silva***Conselheiros -** *Daniel Soares de Oliveira**Deolinda Machado**Diogo Belford Henriques*

Acompanharam ainda a Delegação os Conselheiros *José Lourenço* (indigitado pela Assembleia Legislativa dos Açores) e *Luís Filipe Malheiro* (indigitado pela Assembleia Legislativa da Madeira).

Assessor do CO: António Capela

ENTIDADES CONTACTADAS

25.09	Presidente do Governo Regional dos Açores Adjunto do Presidente do Governo Regional	Dr. Vasco Cordeiro Dr. Guilherme Marinho
25.09	Comissão Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho	Assembleia Legislativa Regional – Deputados: Francisco Coelho (Presidente) Afonso Miguel Bárbara Chaves Catarina Furtado Graça Silva Jaime Vieira João Corvelo João Costa José Contente Manuel Ramos Paulo Parece Pedro Moura Ricardo Ramalho Zuraida Soares
26.09	Centro Regional dos Açores da RTP - Direção	Lorina Amaral Rui Goulart
	Centro Regional dos Açores- Subcomissão de Trabalhadores	Ana Rosa Sérgio Sampaio

Almoço de trabalho com o Comandante Operacional dos Açores General Amândio Miranda e Osvaldo Cabral do Diário dos Açores.

27.09	Representante da República	Embaixador Pedro Catarino
	Visita e encontro com o Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo	Prof. Álamo Meneses
	Visita à Delegação da RTP Açores na Praia da Vitória e encontro com o Delegado e com o Representante dos Trabalhadores	Luciano Barcelos Fernando Reis
<p>Jantar de trabalho com os Presidentes das Câmaras Municipais de Angra e Praia da Vitória, respetivamente, Professor Álamo Meneses e Dr. Tibério Diniz, Manuel Pavão representante da UGT, Decq Mota representante da CGTP/Intersindical, Dr. Rodrigo Rodrigues da Câmara de Comércio, Tenente Coronel Carlos Neves, Presidente da Proteção Civil Regional, Professor Doutor Palma Fialho, Pró-Reitor da Universidade dos Açores e responsável pelo Polo de Angra do Heroísmo e o Padre Hélder Fonseca, Vigário Geral da Diocese de Angra do Heroísmo.</p>		

Período da visita: de 24 a 28 de setembro de 2018

Objetivo da visita:

- Audição da Sociedade Civil da Região Autónoma dos Açores, tendo em conta que o Centro Regional dos Açores da RTP, S.A., tem produção própria e presta Serviço Público específico.

A- SÍNTESE GERAL DAS AUDIÇÕES, REUNIÕES E ENCONTROS com Responsáveis dos Diversos Sectores da Sociedade Civil da Região Autónoma dos Açores (RAA)

ELEMENTOS DE DESTAQUE COMUNS A TODOS OS INTERVENIENTES:

1. A Rádio e a Televisão Públicas Regionais continuam a ser vistas como:
 - a. Um verdadeiro Pilar da Autonomia, a par da Assembleia Legislativa, do Governo e da Universidade;

- b. Um instrumento de fulcral relevância para a coesão nacional e para a manutenção e reforço da identidade regional e um dos fatores mais importantes para o conhecimento da realidade social, cultural e económica dos açorianos;
- c. Elemento essencial de Serviço Público na Região, que deverá ser assumido pelo Estado;
- d. A Rádio como relevante vetor estratégico e significativo meio de comunicação entre toda a população do Arquipélago, nomeadamente em caso de calamidade pública, com destaque para a interligação e apoio às Autoridade de Proteção Civil e Estruturas Militares;
- e. Um garante potencial do pluralismo, neutralidade, diversidade e independência da informação regional.

B – DESTAQUES E REPAROS CRÍTICOS, ESPECÍFICOS E SETORIAIS:

1. A questão dos Arquivos e da constituição do Núcleo Museológico, sendo este considerado uma mais valia para a RAA, foi referenciada como uma necessidade a ter em conta, levando a efeito a conversão dos registos e suportes técnicos mais antigos, numa específica articulação do Centro Regional com os Serviços Centrais da RTP, S.A..
Quanto a este tema, manifestada disponibilidade, por parte do Governo Regional, em apoiar projetos concretos que lhe sejam apresentados, ao abrigo do programa: “Autonomia Digital”;
2. No que se refere aos conteúdos e programação da Televisão, foi dado relevo à necessidade de vir a ser alargada a cobertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa, nomeadamente aquando da discussão e aprovação, por exemplo, do Orçamento da Região.
3. Foi reconhecida a escassez de produção própria e a necessidade de uma informação própria em horários adequados.

3.1. Apresentada como fortemente negativa a redundância da sobre-posição de conteúdos de outros canais do Grupo RTP, S.A, tendo em conta que, em simultâneo, eles são distribuídos no cabo, que abrange hoje a grande maioria dos lares açorianos.

3.2. O alargamento da grelha própria do Centro Regional foi defendido como absolutamente indispensável à garantia de um Serviço Público de âmbito Regional *(na Televisão, o Centro Regional dos Açores tem apenas cerca de 6 horas de emissão própria na sua emissão de 24 horas e o primeiro serviço informativo regional é às 13 horas).*

3.3. Foi salientado como crucial, por inexistente, a implementação de um plano de formação que crie capacidades próprias, bem como o rejuvenescimento do quadro de pessoal em consequência da saída de aproximadamente 40% dos efetivos. De igual modo, foi considerado estratégico municiar o Centro Regional dos Açores de competências nas áreas das novas tecnologias e sistemas, havendo, neste momento, apenas um trabalhador habilitado nessas áreas;

3.4. A questão de precariedade foi também abordada, analisada e referida como de resolução urgente. Não estando apenas dependente do Centro Regional, a solução deste problema é transversal a toda a Empresa;

4. Necessidade de melhor distribuição dos efetivos do quadro de pessoal pelas diversas categorias profissionais e respetiva distribuição geográfica pelas diversas ilhas, tendo em atenção que, neste momento, na ilha de S. Miguel estão sediados 94 efetivos do total de 119, estando os restantes repartidos pela ilha Terceira, 16 efetivos, e na ilha Faial, com 9 efetivos;

5. Para uma melhor cobertura informativa, estão contratados “correspondentes” para as ilhas de S. Jorge, Pico, Graciosa, Flores, Corvo e Santa Maria. No entanto, essa cobertura é apontada como deficitária, por força dos constrangimentos orçamentais e da necessidade da sua profissionalização, estando em causa a qualidade informativa;

6. As recentes alterações e melhoramentos em termos de instalações e de equipamentos, com a junção dos serviços de Rádio e de Televisão no mesmo edifício, foi realçada como o culminar de um processo de investimento e reestruturação, absolutamente estratégico para

o Centro Regional dos Açores. Porém, foi reafirmado que estas soluções ainda não respondem, na totalidade, às necessidades, tendo em vista mais e melhor eficiência e qualidade na prestação do Serviço Público de Rádio e Televisão.

C – ANÁLISE RESULTANTE DA REUNIÃO COM A DIREÇÃO:

1. No que respeita a instalações e reequipamento do Centro Regional, foi destacado que houve melhorias significativas com a junção dos serviços de Rádio e de Televisão. Porém, foi reconhecido que há necessidades e lacunas por colmatar, como, por exemplo, a ausência de um carro de exteriores operacional, a substituição de algum equipamento que ainda se encontra obsoleto, e a ausência de formação na área da manutenção e de utilização dos equipamentos;
2. Os recursos humanos foi outro dos temas que mereceu especial enfoque, pois com a saída de uma parte significativa dos efetivos do quadro, alguns em áreas estratégicas, e a sua não substituição, tem acarretado problemas significativos, acrescidos pelo défice de qualificações técnicas e deficiente distribuição pelas várias categorias profissionais. O recurso a contratos de serviços externos não pode ser vista como solução, pois, também eles são escassos na Região; de qualificação e deficiente distribuição pelas várias categorias profissionais. Tem sido permanente o recurso a contratos de serviços externos;
3. Quanto aos “correspondentes” nas ilhas de Santa Maria, S. Jorge, Graciosa, Pico, Flores e Corvo, e que são uma mais valia na informação de proximidade, e também em questões de segurança, foi realçado que se trata de uma matéria que deveria ser, pela sua importância, reavaliada; e encarada mais a sério através de profissionais habilitados e com formação específica;
4. Quanto à questão dos conteúdos, analisou-se a falta de produção própria, originada por razões de carência de orçamento e de recursos humanos qualificados para tal.
Esta situação é apontada como uma das mais fortes razões para se ter uma grelha de emissão redundante com a da RTP 3 e outros programas da RTP. Apesar de tudo, a Rádio apresenta contornos diversos e menos críticos.

Ainda no capítulo dos conteúdos, foram referidos alguns projetos para o aumento de produção própria, nomeadamente a nível da informação, estando neste momento a ser estudados os modelos de possível cooperação e apoio de empresas locais, na perspetiva de “abrir” a RTP Açores à Sociedade Civil;

5. Foi também tratada a questão da publicidade, cuja exploração e comercialização está entregue a uma empresa externa, sendo que, a responsabilidade pela gestão global da Empresa é da Direção Comercial, uma vez que não se justificará ter uma área comercial própria no Centro Regional dos Açores.

A circunstância das próprias iniciativas e campanhas comerciais dos organismos públicos regionais estarem ausentes da programação do serviço público, não pode deixar de preocupar.

D – ANÁLISE RESULTANTE DE REUNIÃO COM OS TRABALHADORES:

1. Reconhecem ser necessário definir com maior clareza qual o projeto que se pretende para a RTP Açores e se o mesmo é ou não exequível: qual a missão?; pretende-se uma simples janela?; há condições para uma programação de 24 horas?; que serviço público se pretende prestar;

Porém, dão nota positiva à junção dos serviços de Rádio e de Televisão nas mesmas instalações e na melhoria de algum do equipamento técnico, sem escamotear, no entanto, que ainda há carências importantes a suprir;

2. Reconhecem que há uma distribuição desequilibrada dos profissionais, quer da Rádio quer da Televisão, e consideram que o problema de precariedade é muito relevante na realidade do Centro Regional, sugerindo a sua rápida resolução;
3. Quanto à formação, salientam que há muito a fazer, pois o investimento nesta área tem sido diminuto. Sendo esta matéria de importância estratégica, face à saída de muitos profissionais

qualificados que não foram devidamente substituídos, apontam-na como prioridade absoluta. Referiram em particular a área da manutenção, face ao novo equipamento instalado, e como uma matéria de urgente e imediata solução, uma vez que já há equipamentos novos avariados;

Alertaram ainda para problemas graves na utilização e exploração dos novos equipamentos instalados, nomeadamente da ausência de um contrato de suporte para manutenção e formação, e referem ainda que, pese embora a sua qualidade técnica, não estão reunidas condições para se tirar deles todo o potencial de qualidade exigível e ao seu alcance.

E –CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES:

- 1. Há situações recorrentes encontradas no Centro Regional dos Açores, quer de natureza técnica, quer na distribuição de trabalhadores, sua qualificação e formação, que não podem deixar de ser referidas e que acabam por condicionar o trabalho a desenvolver e a imagem externa do Centro Regional;**

- 2. O défice de produção própria, fruto da carência de meios humanos e técnicos, acaba por ancorar também na ausência de projetos e iniciativas próprias, que poderiam ser realizadas com o envolvimento financeiro das Entidades da Região: designadamente, pelo Governo Regional, Universidade e outras Instituições, que demonstraram abertura para o efeito;**

- 3. A procura de receitas locais, alocadas ao fomento da produção própria, com a introdução de publicidade de âmbito local, regional e nacional através de mecanismos descentralizados, são um desafio à iniciativa e capacidades de realização local, que deverá ser equacionado (ver exemplo no Anexo I);**

4. **A melhoria de equipamentos e meios tecnológicos, a redistribuição de recursos humanos e a sua formação intensiva, acrescida de inovação e criatividade na produção de conteúdos, têm de estar no centro das preocupações do Centro Regional, assegurando uma informação de proximidade em horários adequados;**
5. **O tratamento e digitalização dos Arquivos, submetendo para o efeito projetos concretos para serem apoiados pelo Governo Regional e outras entidades, designadamente Comunitárias, não pode ser adiado e deve assumir o carácter de prioridade;**
6. **Uma adequada resposta aos desafios colocados pelas televisões privadas (VITEC e KANAL 12 HORAS), de âmbito local, com distribuição nas plataformas digitais e apoiadas, por exemplo, pelos Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, tem que ser visto com a maior urgência, pois disso dependerá, em futuro próximo, a imagem do Serviço Público prestado pelo Centro Regional;**
7. **A melhoria da interação na área da segurança em casos de catástrofes ou situações de calamidade, abrangendo a Rádio em matéria de comunicação com as populações, e a Televisão em matérias educativas e formativas, e os Responsáveis Regionais, quer civis quer militares, é de fundamental importância e deverá ser implementada através de ações de formação concretas;**
8. **A autonomia administrativa e financeira do Centro Regional, aliada a uma capacidade de decisão célere e efetiva responsabilização pelos projetos apresentados, tem que ser assumida e implementada, sob pena do Centro Regional ser visto como uma obrigação de um Serviço Público residual;**

9. O diálogo proativo do Centro Regional com as Instituições locais, designadamente a Universidade dos Açores, Grupos Culturais, Económicos e Outros tem que ser priorizado, na dignificação do Serviço Público Regional;

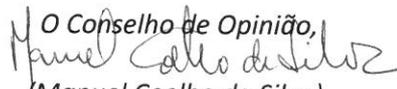
10. A RTP, S.A., enquanto televisão e rádio públicas com cobertura total na Região, tem uma responsabilidade acrescida na Região Autónoma dos Açores. Esta circunstância, determina-lhe a obrigação de garantir pluralismo e independência no âmbito do próprio Serviço Público, o que só se poderá vir a conseguir através de uma adequada e eventual efetiva gestão entre as redações de televisão e rádio;

Para além disso, a imagem de um centralismo regional centrado em S. Miguel, tem de ser combatida, procurando-se encontrar resposta no maior envolvimento informativo das Delegações das Ilhas Terceira e Faial.

Só uma produção própria, autónoma, diversa e consistente pode assegurar, garantir e justificar a existência de Centros Regionais na Empresa de Rádio e Televisão de Portugal, S.A..

Junta-se como Anexo II. uma Informação de Situação.

Lisboa, 10 de outubro de 2018

O Conselho de Opinião,

(Manuel Coelho da Silva)

Presidente